

**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO**Conselhos decidem
adesão ao ProUni

*

Trabalhadores da
PUC questionam
Sul América

CAMPANHA SALARIAL

Funcionários dão prazo para Reitoria quitar dívida

Os funcionários administrativos da PUC, em assembléia realizada na sexta-feira, 29/10, decidiram dar prazo à Reitoria até o dia 5/11 para que seja efetuado o pagamento dos 6,36% de reajuste salarial e do montante que deixou de ser pago entre março e outubro deste ano. Caso a PUC não efetue o pagamento na data estipulada, os funcionários entrarão no dia 8/11 com pedido de fiscalização do cumprimento da ação. A assembléia aprovou também um indicativo de greve.

A decisão dos funcionários levou em conta a determinação judicial, publicada no dia 26/10 no *Diário Oficial*, obrigando a PUC a pagar imediatamente o reajuste de 6,36%, bem como os valores relativos aos meses de março a outubro/2004.

A Reitoria, em contato feito com a AFAPUC, fez a mesma proposta que já foi aceita pelos professores, ou seja, reajuste de 0,5% em março, com pagamento a partir de outubro/2003; integralização dos 6,36% a partir de janeiro/2005 e pagamento das diferenças em cinco parcelas iguais a par-



ALICIA PERES

Funcionários discutem em assembléia os próximos passos de sua campanha salarial

tir de janeiro/2006. Essa proposta foi integralmente recusada pelos funcionários. Uma nova assembléia, para decidir sobre a decretação de greve, será marcada após a AFAPUC entrar na Justiça com uma ação de cumprimento e bloqueio on-line das contas da universidade.

Sul América

Assim como os professores

(veja matéria nesta edição), os funcionários vinculados ao plano de saúde da Sul América decidiram entrar na Justiça contra os aumentos praticados pela seguradora.

Os usuários do plano continuarão pagando os valores arbitrados pela Sul América a título de reajuste, 19,8%, e sinistralidade, 20%, questionando essas importâncias na Justiça e pedindo ressarcimento das mesmas.

Onde está o combate à fome?

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada entre 2002 e 2003, revelam:

✓ 47,4 milhões de brasileiros na condição de miseráveis;

✓ Cresceu o número de famintos nas grandes cidades, de 16,6% para 19,1% da população total;

✓ A miséria atinge metade da população rural, 51%;

✓ 27,3% da população do Brasil vivem com menos de R\$108 reais ao mês.

O crescimento do contingente de miseráveis, saltando de 45 milhões para 47,4 milhões, deve-se ao desemprego, subemprego, expulsão dos camponeses da terra e a penúria dos pequenos agricultores familiares. Sabemos que esse número é superior, em função de outros milhares de indivíduos que sequer têm condições de ser entrevistados – lumpens, moradores de rua, camponeses embrenhados no sertão nordestino e nas entranhas da região amazônica.

Esses 47 milhões ganham menos da metade do salário mínimo, que já é de fome. Passar o mês com menos de R\$108, inferiores ao valor estipulado para a cesta-básica, é condenar quase um terço da população à morte. São crianças, velhos, adolescentes e adultos expostos a toda sorte de doenças causadas pela subnutrição e mutilados física e mentalmente pela carência de proteínas.

A aplicação dos planos neoliberais, que já dura mais de 10 anos, trouxe a quebra de parte das forças produtivas nacionais (fechamento de fábricas, desemprego, arrocho salarial e precarização dos contratos de trabalho), atingindo violentamente a população pobre das cidades e do campo. O aumento do número de favelas e cortiços evidencia a tremenda exploração da força de trabalho, a incapacidade do sistema capitalista de dar emprego a todos e a política que descarrega a crise econômica sobre a maioria. A concentração de terras e recursos agrícolas cada vez mais nas mãos de poucos tem como conseqüência a miserabilidade da maioria camponesa. Não por acaso, o maior índice de pobreza se encontra no campo. Nos grandes centros urbanos, vem aumentando.

A receita do FMI é de saque das riquezas nacionais, de aprofundamento de desequilíbrios regionais e concentração de riquezas nas mãos de uma ultraminoria e avanço da miséria para a maioria da população.

O governo do PT/Lula foi eleito com a promessa de pôr fim à fome. No entanto, tem dado continuidade à política econômica de sacrificar a vida da maioria em favor da minoria exploradora. Haja visto, o salário mínimo de R\$260, os cortes nos investimentos sociais e as reformas neoliberais, que incluem a da educação.

Essa situação perdurará e se agravará se os trabalhadores e a juventude oprimida não defenderem um programa de reivindicações que oponha a maioria explorada contra a minoria exploradora.

Erson Martins,
Diretor da Apropuc.



A advogada Patricia Caldeira (à esq.), ao lado de Priscilla Cornalbas, na assembléia de 28/10

ALICIA PERES

Professores decidem entrar na Justiça contra Sul América

A assembléia dos professores da quinta-feira, 28/10, deliberou a entrada da categoria na Justiça contra a Sul América. Os docentes questionam a validade da cláusula de sinistralidade, apresentada pela seguradora de saúde como justificativa para um reajuste extra de 20%, além dos 19,8% autorizados legalmente. Foi deliberado também que a ação judicial deve ser movida conjuntamente pela APROPUC e pela própria universidade.

De acordo com a advogada convocada pela APROPUC para o caso, Patricia Caldeira, se a Justiça determinar que a sinistralidade não é válida, a cláusula será imediatamente retirada do contrato com os usuários, e a seguradora não poderá mais efetuar nenhum reajuste com essa justificativa no futuro. Além disso, os 20% que vêm sendo descontados do pagamento dos professores e pagos à Sul América terão de

ser devolvidos em valores corrigidos.

A presidente da APROPUC, Priscilla Cornalbas, ressaltou que a Sul América não pode, em nenhum momento, rescindir o contrato de apólice – tal iniciativa, de acordo com a lei, só pode ser tomada pelos segurados. Assim, se a Justiça der ganho de causa à seguradora, o plano continua valendo, mesmo porque o reajuste referente à sinistralidade está sendo pago corretamente desde que foi anunciado.

Alternativas

Priscilla também lembrou que a comissão formada para estudar possíveis alternativas de planos de saúde para a PUC continua em atividade. No momento, os trabalhos concentram-se no levantamento do perfil dos professores, para que depois seja discutida a migração para outras seguradoras.



PUCviva é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.
 Coordenação: Valdir Mengardo. Sub-editor: Leandro Divera.
 Reportagem: Ébano Piacentini. Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. Colaboraram nesta edição: Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. Telefones da Apropuc: 3670-8209 e 3872-2685. Correio Eletrônico: apropuc@sanet.com.br. Telefone da Afapuc: 3670-8208. Endereço do PUCviva: Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCviva na Internet: www.apropucsp.org.br.

Reformas, Reformas, Reformas! Reformas quentinhas, diretamente de Washington

Eduardo Viveiros

“Um programa de reforma econômica é o modo concreto através do qual se apresenta uma reforma intelectual e moral”, escreveu Gramsci. Mas o que escreveria Gramsci hoje, se aparecesse no Brasil, onde as reformas iniciadas por Fernando Collor, na década de 90 do século passado, levadas ao paroxismo pelo segundo Fernando (o Henrique Cardoso) e, constatados os elementos de continuidade dessa fase neoliberal, retomadas e aprofundadas pelo governo Lula, seguem num processo brutal de privatização, desregulamentação, financeirização, reestruturação econômica e precarização social?

A grande decepção com o governo Lula, no âmbito que nos interessa, veio com a “reforma universitária”. Decepção intelectual e moral, decepção política. Amplos setores da universidade, estudantes, professores, funcionários, principalmente das universidades públicas, apostaram alto na mudança, tornando o PT e seus aliados depositários de suas esperanças na retomada da idéia de universidade pública, leiga, gratuita e com qualidade como política de Estado.

Estamos vendo o ministro da Educação ter o mesmo comportamento do seu antecessor, aprofundando a privatização do ensino superior, seguindo fielmente as diretrizes do Bird, Banco Mundial, FMI, Consenso de Washington, defendendo a “reciprocidade” na parceria público-privada que leva o nome de ProUni, o Proer da privatária educacional: “Não existe nenhuma operação na relação público-privada que não tenha um interesse de reciprocidade. Do nosso lado, o interesse é público, e deles, obviamente, o interesse é econômico. O nome jurídico que vai ser apropriado para essa transação é de livre interpretação de cada um” (palavras do ministro na apresentação do ProUni, em 16/02/04). Pois

é disso que se trata, de transação econômica disfarçada de política pública. Trata-se de, em nome da inclusão social, levar dinheiro público para cofres privados, renúncia fiscal, isenção de impostos, ganho indireto para fechar os ralos da inadimplência e da ociosidade de vagas nas faculdades e universidades privadas.

Um preceito básico do capitalismo, o risco, não é aplicado quando se fala em “empreendedores educacionais”. Querem o lucro limpo e, se possível, adubado com isenções de impostos. Fácil, não?

Ninguém é contra a inclusão social, a superação de absurdos históricos, a ampliação de vagas no ensino superior. É consenso entre os que lutam pela ampliação de vagas, que elas devem ser criadas na universidade pública, que a própria universidade pública deve expandir-se, desequilibrando sim a balança em favor dos interesses dos menos privilegiados, tirando o ranço elitista que tomou conta de muitas dessas instituições. Uma universidade onde nomes como Milton Santos, Florestan Fernandes, Maurício Tragtenberg, Paulo Freire, Raymundo Faoro, Décio de Almeida Prado, entre outros, sejam referências intelectuais e morais para estudantes, professores e funcionários. A universidade onde se tem prazer de criar cultura, conhecimento, ciência realmente comprometidas com os “de baixo”, como dizia o professor Florestan. Mas, para quem estou escrevendo estas palavras, afinal, se muitos dos que nos lêem, aqui no *PUCviva*, fazem destes textos uma leitura condescendente e, na prática, no cotidiano de seu trabalho e de sua intervenção intelectual e moral aceitam e reproduzem, ativamente, o estado de coisas que estamos criticando toda semana? Que bela contradição!

Eduardo Luiz Viveiros de Freitas é funcionário da pós-graduação e doutorando do pós em Ciências Sociais

PUC adere ao Universidade para Todos

A PUC aprovou na semana passada uma mudança crucial em seus rumos: a adesão ao Programa Universidade Para Todos (ProUni), do governo federal. Os reflexos da decisão vão começar a ser sentidos ainda neste ano, com as alterações na comprovação da filantropia, e em 2005, com novas normas para bolsas, por exemplo (veja quadro na página ao lado).

O assunto foi discutido em duas reuniões conjuntas dos conselhos superiores: na quarta, 27/10, com o Conselho Comunitário (Cecom) e o Conselho de Administração e Finanças (CAF) e, na sexta, com o Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe) e o Conselho Universitário (Consun).

Na primeira reunião, nenhuma posição foi definida, e só na segunda houve votação. Somados Consun e Cepe, hoje há 64 conselheiros com direito a voto. Desses, apenas 19 estavam presentes na reunião decisiva, e houve 18 votos favoráveis ao ProUni. Somente o professor Edison Nunes, diretor do Centro de Ciências Humanas, se absteve. Procurado pelo *PU-Cviva*, ele comentou que o “impacto [da medida] será grande, mas a comunidade não teve tempo de discutir. A mim, a lei parece ruim, e tem várias inconsistências”. Nas discussões, a Reitoria argumentou que o prazo máximo para adesão era 5/11,

esta sexta-feira. A PUC, então, tinha de dar uma resposta com base nas poucas horas de um debate realizado a menos de dez dias da data-limite.

Discussão isolada

A apresentação levada pela Reitoria aos conselhos, elaborada depois de análise interna, abordava desde o início o ProUni somente pela perspectiva das filantrópicas, em especial a PUC. A discussão do significado nacional do Programa e do projeto maior que ele integra, a reforma universitária, ficou de fora. Apenas em um momento, o reitor Antonio Carlos Ronca comentou o aspecto mais polêmico do ProUni: a isenção fiscal para instituições com fins lucrativos. Na sessão que uniu Cecom e CAF, Ronca considerou que este é, de fato, o “calcanhar de Aquiles, a questão mais frágil” do Programa. O reitor atribuiu o tópico às pressões que grupos de empresários da Educação exerceram sobre o governo.

Por outro lado, a introdução do ProUni levada à reunião conjunta de Consun e Cepe acompanhou uma lista dos benefícios vistos pela Reitoria na adesão. Neles, estavam elencados o acesso das camadas mais pobres aos cursos de alta procura, como Medicina e Direito; o fim do diálogo com

a Previdência sobre filantropia, considerado improdutivo, e o início da interlocução com o MEC; a “separação do joio e do trigo” nas filantrópicas (instituições que hoje não são filantrópicas de fato tendem a migrar para uma condição diferenciada, a de sem fins lucrativos); a mudança da base de cálculo para filantropia, que sai dos 20% da receita bruta e passa a ser de 20% da receita de mensalidades da graduação, valor consideravelmente menor; e a prioridade no recebimento do FIES (leia matéria na seção *Rola na Rampa*).

Inclusão social

“Ao aderir ao ProUni, a PUC reafirma seu compromisso com a inclusão social, visto que muitos estudantes serão beneficiados com esse programa”, avaliou o reitor, depois da aprovação. Já a conselheira Madalena Peixoto, diretora do Centro de Educação, declara-se contra o ProUni como política de inclusão. Ainda assim, pondera que a adesão é uma “posição avançada da universidade, porque o ProUni amplia a transparência na filantropia. Apesar das críticas ao projeto como um todo, no caso de universidades como a PUC fica muito mais clara a relação da filantropia com o número de bolsas”.

O que muda na PUC com o ProUni

A Reforma Universitária do governo federal envolve diretrizes que marcam fortemente a subordinação do Ensino Superior às demandas do mercado, envolvendo medidas que podem estabelecer no Brasil, em última instância, o fim das universidades públicas, gratuitas e da pesquisa desprovida do interesse do capital. O ProUni, uma das múltiplas faces dessa forma, foi apresentado pela Reitoria aos conselhos superiores da PUC descolado desse contexto nacional. Dessa forma, a discussão ficou restrita às conseqüências que o programa traz especificamente para a PUC. Abaixo, as principais mudanças que podem ocorrer na universidade:

- **Ingresso:** o acesso à universidade passa a acontecer de duas formas: ou pelo vestibular tradicional, ou por uma lista encaminhada pelo MEC, que vai classificar os alunos principalmente segundo a nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), a raça declarada pelo candidato (negro, indígena ou branco) e a renda familiar (menor que a mensalidade, sem exceder três salários mínimos *per capita* na família). A PUC pode estabelecer critérios adicionais para a seleção dos alunos que virão via MEC;

- **Bolsas:** para cada nove alunos pagantes em cada curso, um aluno terá bolsa integral de 100% pelo ProUni. Hoje, a PUC é obrigada a reservar 10% de sua receita bruta para esse tipo de bolsa, sem necessidade de distribuição igualitária (alguns cursos têm bem mais bolsas integrais do que outros);

- **Filantropia:** com o ProUni, a PUC manterá a condição de filantrópica se reservar 20% das receitas obtidas com mensalidades da graduação para "gastos com gratuidades". Uma parcela desse montante equivale ao que será gasto com as bolsas integrais em 10% das vagas ocupadas. O restante pode ser comprovado com mais bolsas integrais, ou parciais de no mínimo 50%, projetos sociais como a *Derdic* e a clínica psicológica, e no máximo 2% em bolsas-dissídio. Hoje, a gratuidade deve corresponder a 20% da receita bruta, que incluem também as mensalidades da pós-graduação, convênios, aluguéis, etc.

- **Fiscalização:** o diálogo das filantrópicas que aderirem ao ProUni passar a ser exclusivo com o MEC, consultado o Ministério da Saúde quando necessário (no caso do Hospital Santa Lucinda, que deve ter ao menos 60% dos leitos para uso do Sistema Único de Saúde - SUS). Até agora, a interlocução era com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ligado ao Ministério da Previdência Social.

POLEMICA

Consun julga punições de alunos e professora

O Conselho Universitário (Consun) avaliou na quarta-feira, 28/10, dois casos envolvendo punições. Primeiro, o processo administrativo contra estudantes do Direito acusados de envolvimento num caso de agressão, sobre o qual não houve decisão. Depois, a sindicância sobre a professora Anna Furtado, da Faculdade de Educação, que teve sua pena de advertência mantida.

No caso dos alunos de Direito - acusados de espancar um colega no Jogos Jurídicos de 2003, na cidade de Avaré - os três acusados, seus familiares e amigos compareceram à reunião do Consun, acompanhando a apresentação da defesa pelo advogado. Ele citou o pensador francês Michel Foucault, dizendo que a escola não deve adotar práticas de poder e punição. Disse também que o processo administrativo tinha idéias pré-concebidas, e documentos que não teriam validade. "A denúncia do presidente da Atlética não está assinada, e ele não compareceu para depor", afirmou. A representante do CA de Direito disse que a "principal testemunha usada como prova foi questionada por um dos membros da comissão sindicante". Cada membro da comissão emitiu opinião diferente quanto à penalidade adequada ao caso. No Consun, a conselheira Madalena Peixoto elaborou parecer recomendando a pena de 90 dias de suspensão aos três alunos.

Os conselheiros debateram o caso. O professor Carol Koliniack disse que estava diante de um "rito de julgamento", em que, no entanto, não havia um promotor para expor o outro lado, o que o levava a uma "dificuldade de se posicionar". Já a professora Ana Bock falou da possibilidade de o conselho "se julgar in-

competente para julgar o caso", e endossou a citação de Foucault, alegando que a PUC não deve julgar questões como essa, sob o risco de se tornar uma prática constante da instituição.

Punição à professora

A professora Anna Furtado também trouxe um advogado para defendê-la das acusações de falta grave. O advogado disse que o julgamento parcial estava se repetindo, pois "foi negado o lado da professora". Segundo ele, sendo docente da casa há 40 anos e nunca tendo causado transtorno algum em sua trajetória, Anna estaria sendo julgada por se exaltar com colegas, fato decorrente de denunciar supostas irregularidades na aprovação de seus alunos.

Houve novas manifestações de conselheiros, no sentido de aceitar o recurso e não punir a professora, levando em conta que, se tantos casos de punição vêm ocorrendo, é porque a intolerância e a falta de diálogo estariam prevalecendo na universidade. Apesar disso, em virtude das atitudes da professora que violam o contrato de trabalho, os conselheiros votaram em acordo com o parecer do professor Adhemar de Caroli, punindo a professora com uma advertência.



A movimentada reunião do Consun de 27/10

Na PUC-SP e em todo o Brasil, o discurso da UNE já não cola mais

Priscila e Maíra, do Cacs

O que aconteceu no Tuca na última quarta-feira de setembro, a expulsão da UNE por cerca de cento e cinquenta estudantes da PUC-SP de diversos cursos, apenas confirma que nenhum aparato jamais vai fazer a história parar. Para a infelicidade da direção burocrática da UNE, controlada há mais de uma década com métodos mafiosos pela UJS/PCdoB, o ódio à UNE hoje não é um sentimento isolado dos estudantes da PUC, mas sim um fenômeno nacional.

É que a UNE, que há anos deixou de ser uma ferramenta de luta dos estudantes devido ao controle burocrático da UJS e do PT, passou agora a atuar no movimento estudantil diretamente como braço do governo, defendendo a sua consigna absurda de "Reforma Universitária Já", e por esse papel nefasto começa a ser rechaçada pelos estudantes de norte a sul do país. Em outubro de 2003, o exemplo dos estudantes secundaristas de Salvador ficou conhecido nacionalmente, assim como o acordo burocrático que a UNE e a UBES assinaram com o prefeito do PFL pelas costas dos estudantes. Em uma assembléia com cerca de 8 mil estudantes, o prefeito, a UNE e a UBES foram rechaçados e a luta continuou como queriam os secundaristas. Isso no estado onde o PCdoB é mais forte. Outro exemplo expressivo do ódio que a UNE provoca nos estudantes é a resolução do congresso da UNESP, encerrado agora no dia 24/10, que destituiu o DCE controlado pela UNE. Durante a ocupação da reitoria da Unicamp quando um reconhecido militante da UJS apareceu, acompanhado por representantes da UEE, os estudantes gritaram "Fora UJS". Um último exemplo é como a greve em Pernambuco também rechaçou a UJS. Lá o DCE queria se auto proclamar "Comando de Greve" e a resposta dos estudantes foi destituir o DCE e votar na assembléia um comando

de greve democrático.

Recentemente, foi aprovado na executiva da UNE um "calendário de lutas" paralelo ao que vem sendo discutido por diversos setores a partir da Plenária de Brasília, que reuniu cerca de mil estudantes de todo o Brasil para organizar a luta contra a Reforma Universitária privatista. Na verdade a UNE não apenas não se unifica com os que querem lutar contra a reforma universitária, mas combate esses setores com os piores métodos caluniosos e truculentos, pelo único motivo de que quer fortalecer o governo do qual faz parte. Essa é sua "luta". Por isso está certo que seja rechaçada pelos estudantes. Por isso está certo que em cada universidade onde apareçam os representantes da UNE, "representantes" que em geral não têm o costume de aparecer nas universidades, estes sejam rechaçados, insultados e expulsos da universidade pelos estudantes, aos gritos de "fora burocrata, fora governista".

O texto do "Taquaral", apresentado na última edição do *PUCviva*, repete a lógica de comparações mentirosas e estúpidas da UNE, do PCdoB e do governo Lula. Comparar os estudantes da PUC com Erasmo Dias e o CCC, é um despropósito completamente funcional ao governo do Lula e do PT para quando este necessitar reprimir os estudantes em luta contra a reforma universitária (lembramos que o ministro Zé Dirceu anunciou em 2003 que o "pau ia comer", se fosse preciso, para aprovar os ataques à Universidade no Brasil). Para o "Taquaral" é um absurdo que os estudantes se organizem e expulsem seus "dirigentes" traidores da UNE da PUC, mas isso é porque ele faz parte dessa burocracia odiosa da UJS. Agora, quando alguns estudantes de extrema direita fazem um verdadeiro atentado com uma bomba incendiária, contra uma festa de campanha de uma chapa de esquerda para o CA da FEA, isso sim uma verdadeira paródia do que foi o CCC,

o "Taquaral" e a UJS se calam. Da mesma maneira que o presidente Lula se cala quando o exército solta uma nota espúria justificando a tortura da ditadura. O pior é quando esta política governista é aplicada por um grupo político, a UJS, que se utiliza do histórico de luta da UNE para aplicar uma política que é oposta pelo vértice daquela pela qual muitos estudantes na década de 60 e 70 lutaram e deram suas vidas.

O chamado que fazemos a partir da gestão Guernica do Cacs, que ajudou junto com outros estudantes de diversos cursos a organizar o escracho à UNE no dia 29/9, e desde a chapa NÃO PASSARÃO, é o da unidade de todos os estudantes que não serão esmagados pelo rolo compressor da história, porque se colocam como agentes críticos e atuantes que não aceitarão ser massa de manobra de uma burocracia odiada como a da UNE. Chamamos todos os que não querem deixar nas mãos da burocracia da UNE o histórico de luta dos estudantes brasileiros a se unificarem num grande pólo nacional antiburocrático, antigovernista e pró-trabalhadores. E temos o prazer de comunicar aos burocratas da UNE, que se por mais de uma década eles puderam fazer carreira nessa entidade carcomida, hoje os tempos mudaram. Estamos vivendo um momento histórico, de início de reorganização do movimento estudantil, que acompanha nisso o movimento operário e popular. Que os estudantes consigam a vitória, e varram de uma vez por todas a burocracia mafiosa da UNE. A história às vezes caminha lentamente, porém não pára nunca.

Priscila e Maíra, do Cacs (gestão Guernica) e da chapa Não Passarão



Sobre a concessão de bolsas na PUC-SP

Célia Cintrão Forghieri

Em relação ao artigo assinado pelos alunos do curso de História, Marcelo Tomassini e Tiago Guerra na edição número 506 do *PUCviva*, cabe esclarecer o seguinte:

1. Os dados referentes ao número de bolsas expostos no Conselho de Administração e Finanças e no Conselho Comunitário, divulgados pelo boletim *A Semana* e pelo *Jornal da PUC*, são absolutamente verídicos porque correspondem aos

descontos (parciais ou integrais) efetivamente aplicados nos cartões dos alunos bolsistas.

2. É absolutamente correta a informação de que 41% dos alunos da PUC-SP recebem algum tipo de bolsa, basta fazer as contas: dos 20.856 alunos matriculados, 8.653 recebem bolsa.

3. Sempre que o aluno desfrutar de mais de uma modalidade de bolsa, o quadro estatístico geral identifica a bolsa e não o aluno.

4. Os autores do artigo estão no último ano do curso e, desde 2001, recebem descontos inte-

grais, foram submetidos aos critérios do Expediente Comunitário e sempre atendidos de acordo com as necessidades comprovadas. Estranhamos suas colocações, pois eles sabem por experiência própria da lisura do processo de concessão de bolsas.

Célia Cintrão Forghieri é assessora da Vice-Reitoria Comunitária



Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

MOBILIZAÇÃO

Assistentes Sociais posicionam-se contra reformas do governo

Reunidos em Fortaleza no final de outubro no 11.º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, cerca de três mil profissionais da área de Serviço Social decidiram marcar posição contra as reformas do ensino superior, trabalhista e sindical que vêm sendo discutidas na esfera federal.

Os participantes do congresso marcaram para o próximo dia 11 de novembro uma paralisação contra a Reforma do Ensino Superior e pela defesa das diretrizes curriculares definidas em 1996 pela Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Também foi

decidida a participação na caravana nacional que chega a Brasília em 25/11, com a determinação de barrar a reforma do ensino superior defendida pelo governo.

No Congresso, foi redigida uma moção contra a reforma, afirmando que “as políticas econômica e social implementadas ao longo dos últimos quinze anos na América Latina e no Brasil, pautam-se em ajustes macroeconômicos propostos pelo Consenso de Washington de 1989 e que foram firmados pelo Fundo Monetário Internacional. Tal ajuste é uma tentativa do capital responder à sua própria crise es-

trutural. [...] As políticas econômicas e educacionais neoliberais do governo FHC continuam a ser implementadas pelo atual governo federal. Essas reformas tiram direitos do mundo do trabalho, desresponsabilizam o Estado de prover políticas públicas e o transformam em mero regulador e avaliador dos serviços oferecidos pelo mercado”.

O documento termina clamando os profissionais e estudantes para juntarem-se às lutas contra as reformas do ensino superior, trabalhista e sindical, aderindo ao calendário de mobilizações proposto pelo 11.º Congresso da Abepss.

Rola na rampa

Uma semana dedicada à saúde

A AFAPUC, o Serviço Médico e a Divisão de Recursos Humanos, com o apoio da APROPUC e da Reitoria, organizam entre os dias 8 e 12 de novembro a tradicional Semana da Saúde da PUC. Nos câmpus Monte Alegre, Deric e Marquês de Paranaíba, haverá palestras sobre vários temas relacionados à saúde do trabalhador. Hipertensão arterial, rinite alérgica, câncer de mama, mal de

Parkinson, entre outros temas, serão abordados por profissionais da área médica, enquanto que um grupo de teatro apresentará oficinas sobre motivação no trabalho. Também estão programadas oficinas de auto-massagem e relaxamento corporal, bem como palestras sobre tabagismo e depressão. Na próxima edição, o *PUCviva* publica a programação completa do evento.

Eleição para o Leão XIII divide a FEA

A chapa Viramundo foi eleita para a nova gestão do centro acadêmico Leão XIII, e toma posse em 16/11. Depois de um processo eleitoral com quatro chapas, que teve até entrada na Justiça e acabou cancelado, foi divulgado novo edital, e inscreveram-se, além da vencedora, a chapa Atividade. O pleito, ocorrida na quarta-feira passada, 27/10, dividiu os votantes praticamente ao meio: foram 649 para a Viramundo, e 600 para a segunda colocada.

Seminário sobre voz no Tucarena

O 14.º Seminário de Voz da PUC-SP, organizado pela Faculdade de Fonoaudiologia, está marcado para esta sexta-feira, 5/11, das 9 às 18h, no Tucarena. Neste ano, serão debatidos os problemas na voz relacionados ao trabalho.

Será apresentado um documento redigido conjuntamente por fonoaudiólogos, sindicalistas e médicos, defendendo a inclusão da disfonia no Manual de Doenças Relacionadas ao Trabalho. Informações: 3670-8518.

Alunos indígenas são tema do Cecom

O balanço do Projeto Pindorama, que procura incluir e acompanhar a trajetória de alunos indígenas na universidade, foi apresentado ao Conselho Comunitário (Cecom) na terça-feira, 26/10. São 34 os indígenas matriculados atualmente na PUC, pertencentes a cinco etnias diferentes. Todos ingressaram via vestibular, e recebem bolsa de estudo integral. Outros oito estudantes fazem ou fizeram parte do projeto, mas quatro trancaram a matrícula, por motivos diversos, e quatro perderam a bolsa por não te-

rem condições de acompanhar as disciplinas – reflexo do qualidade de ensino que tiveram anteriormente. A expectativa é de que 60 indígenas procurem o vestibular da PUC neste ano. As informações foram levadas ao Cecom pela coordenadora do Pindorama, professora Ana Battaglin. Ela ressaltou que o projeto consiste não apenas em subsidiar a permanência dos alunos indígenas na universidade, mas num acompanhamento constante, por meio de reuniões mensais e um grande encontro anual.

Fies: 91% dos pedidos foram negados

Dos 492 alunos da PUC que se inscreveram para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), apenas 42 foram atendidos, um total de 9%. As solicitações partiram de 27 cursos, e em dez deles a resposta foi negativa para todos os casos. Administração e Direito, cursos com

alto número de estudantes, foram também os que mais tiveram pedidos: 52 cada. Houve resposta positiva apenas para uma solicitação no primeiro curso e mais uma no segundo. O curso mais atendido foi Relações Internacionais, com surpreendentes 80% (oito atendimentos para dez pedidos).

Benê organiza Semana de Arte Modesta

Começa nesta quarta-feira a 8.ª Semana de Arte Modesta, promovida pelo CA Benevides Paixão (Jornalismo, Mídias e Artes do Corpo). Até a próxima terça, o câmpus Monte Alegre vai poder ver fotografia, vídeo, artes plásticas, performance, música, poesia e teatro – tudo produzido por alunos da universidade. Neste ano,

a semana traz algo mais: oficinas de lambe-lambe, gravura e dança, além de debates sobre o conceito de arte, direitos autorais e o projeto de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). Cartazes com a programação completa estão espalhados pela universidade. Informações: 3670-8352.

Reitora eleita anuncia sua equipe

A professora Maura Vêras apresentará à comunidade os principais nomes que compõem a sua equipe, na próxima quarta-feira, às 16h, em local ainda não confirmado.